



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 556277 - SP (2020/0001093-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LIGIA CINTRA DE LIMA TRINDADE - SP316822
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C DOS S T G (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de C. DOS S. T. G contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n. 2198445-66.2019.8.26.0000.

Infere-se dos autos que o Juízo da Infância e da Juventude indeferiu o pleito da defesa para que fosse extinta a medida socioeducativa de liberdade assistida.

Impetrado *writ* originário, o Tribunal *a quo* denegou a ordem.

No presente *mandamus*, a impetrante sustenta, em síntese, que deve ser extinta a medida socioeducativa imposta à paciente, visto que já teria sido atingida a finalidade esperada. Aponta a existência de parecer técnico sugerindo o encerramento de tal medida.

Requer a concessão da ordem nesse sentido.

Indeferido o pedido de liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* e, no mérito, pela denegação da ordem (fls. 136/139).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal – STF, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

A controvérsia refere-se à extinção da medida socioeducativa de liberdade assistida.

Quanto ao ponto, confirmam-se os fundamentos apresentados pelas instâncias ordinárias:

Juízo de primeiro grau:

[...]

De acordo com previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, são objetivos da liberdade assistida não apenas o trabalho de aspectos subjetivos do socioeducando (críticidade e afastamento do meio infracional), como também sua promoção social (art. 119, I), a supervisão de sua frequência e aproveitamento escolar (inciso II) e a diligência no sentido de sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho (inciso III).

Não é por outro motivo, se não por respeito ao ECA, que o PIA compreende tais objetivos como metas.

E não poderia ser diferente, já que se trata de indicadores minimamente objetivos – a serem alcançados, ao menos, de forma alternativa – de que o socioeducando avançou, de fato, no sentido da ressocialização.

Com efeito, a persistência de uma rotina totalmente ociosa e a ausência de esforços minimamente mensuráveis no curso da medida jamais poderiam dar margem à extinção da liberdade assistida, sob pena de malversação dos objetivos do ECA.

Portanto, mantenho a medida e determino a intensificação das intervenções técnicas até a comprovação do exercício de ocupação lícita, essencial à ressocialização.

O SMSE/MA deverá providenciar a remessa ao DEIJ, com os próximos relatórios de acompanhamento, dos comprovantes atualizados da frequência às aulas e/ou cursos profissionalizantes ou trabalho.

Observo que o educando deverá continuar cumprindo a medida e sendo devidamente orientado pelo SMSE/MA até decisão judicial em contrário, sob pena de eventual decreto de internação-sanção. (fls. 36/37)

Tribunal a quo:

[...]

Embora o relatório de encerramento da equipe técnica da “SMSE-MA JAÇANÃ SEFRAS-DEJUPE” tenha sido favorável à extinção da medida de liberdade assistida (fls. 19/23), não se pode perder de vista que a paciente, além de ter sido responsabilizada por ato infracional grave roubo majorado, não trabalha, não realizou cursos profissionalizantes no decorrer da medida de liberdade assistida, nem comprovou o desempenho escolar (fls. 34/35).

Tais circunstâncias não podem ser desconsideradas pelo magistrado responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa, razão pela qual se recomenda maior cautela na concessão da pretendida extinção.

O MM. Juíza quo, analisando concretamente o caso e suas peculiaridades, manteve a medida imposta e determinou a intensificação das intervenções técnicas até a comprovação do exercício de ocupação lícita, essencial à ressocialização (fls. 34/35).

Cumprе consignar que o magistrado não está adstrito à conclusão dos relatórios elaborados pela equipe técnica da Fundação CASA, do Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto SMSE/MA, ou de qualquer outro órgão auxiliar da justiça, diante do princípio do livre convencimento.

Assim, o relatório de encerramento favorável à extinção da medida, elaborado pela equipe técnica da SMSE/MA, por si só, não é suficiente ao deferimento do benefício, sendo perfeitamente possível ao

Juízo afastá-lo, desde que o faça de forma fundamentada, considerando as circunstâncias dos fatos, o que ocorreu no presente caso.

Importante destacar, ainda, que a atividade desenvolvida no processo de execução é jurisdicional e, portanto, cabe ao Poder Judiciário proferir decisão final sobre os incidentes ocorridos, como a extinção, manutenção ou substituição de uma medida socioeducativa.

Impende rememorar, nesse passo, o disposto na Súmula 84, deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “O juiz, ao proferir decisão na execução da medida socioeducativa, não está vinculado aos laudos da equipe técnica”.

Inadmissível, assim, a imediata extinção da medida socioeducativa, porquanto ausente qualquer constrangimento ilegal que deva ser reparado por meio da presente impetração.

Ante o exposto, pelo meu voto, denego a ordem. (fls. 45/46)

De início, destaca-se que a existência de relatório técnico não vincula a decisão do magistrado, devendo este chegar a uma conclusão levando em consideração todas as circunstâncias do caso em concreto.

Na hipótese, as instâncias ordinárias ressaltaram que a ora paciente não trabalha, não realizou cursos no decorrer da medida e não comprovou seu desempenho escolar, devendo, portanto, ser mantida a execução da medida de liberdade assistida. Destarte, constata-se a ausência de flagrante ilegalidade a ser sanada por esta Corte.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO. MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA. RESTABELECIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. Indubitável a possibilidade de extinção e progressão de medida socioeducativa, todavia, a decisão sobre tais situações é de livre convencimento do juiz, o qual deverá apresentar justificativa idônea, não estando vinculado ao relatório multidisciplinar do adolescente.

2. Tendo o magistrado de primeiro grau determinado a progressão da medida socioeducativa de internação diretamente para a liberdade assistida, cassada pelo Tribunal de origem ante a gravidade do crime e circunstâncias pessoais do adolescente, mais recomendável é a opção pela semiliberdade, em atenção aos princípios da ressocialização e da integral proteção da criança e do adolescente, uma vez que constitui medida de transição entre o internamento e as medidas em meio aberto.

3. Habeas corpus concedido, para substituir a medida socioeducativa de internação do paciente L. de S. F. pela de semiliberdade, sem prejuízo de que a medida seja futuramente reavaliada. (HC n. 438.152/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 16/08/2018)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS

CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA. EXTINÇÃO. INDEFERIMENTO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A decisão de extinguir medida socioeducativa é de livre convencimento do juiz, o qual deverá apresentar justificativa idônea, não estando vinculado ao relatório multidisciplinar do adolescente.

2. In casu, observa-se que as instâncias de origem mantiveram a medida socioeducativa de liberdade assistida, sob argumentação plausível, qual seja, a insuficiência de assimilação do caráter pedagógico pelo adolescente, o que ainda pode ser desenvolvido por meio de intervenções da equipe técnica.

3. Ordem denegada. (HC n. 408.365/SP, Sexta Turma Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 19/09/2017, grifei)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A PRÁTICA DE CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA. PERECER TÉCNICO FAVORÁVEL A EXTINÇÃO. JUÍZO DO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA IMPOSTA. JUSTIFICATIVA FUNDADA EM ELEMENTOS DOS AUTOS. WRIT NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Com efeito, o relatório técnico não vincula o magistrado. Em razão das circunstâncias que gravitam em torno do caso, o juiz pode, em sentido contrário ao do laudo pericial, determinar a extinção, manutenção ou progressão de medida socioeducativa outrora imposta. Para tanto, o órgão jurisdicional deve justificar a sua decisão em dados e em provas carreadas aos autos, em deferência ao princípio constitucional do livre convencimento motivado. Precedentes.

III - Não se descure que a extinção ou a progressão de medida socioeducativa é um processo reativo. Isto é, a assimilação das finalidades da medida imposta demonstra intrinsecamente a desnecessidade de sua continuidade. Assim, a ausência ou a dificuldade em absolver os fins inerentes da medida socioeducativa aponta para a sua manutenção.

IV - Na hipótese em foco, observa-se que as instâncias ordinárias não extinguiram a medida socioeducativa de liberdade assistida, ao fundamento de que o processo de ressocialização do reeducando ainda carece de mais acompanhamento por parte das autoridades estatais, já que o adolescente possui muitas faltas escolares injustificadas, baixo rendimento acadêmico em diversas disciplinas e não trabalha.

Habeas corpus não conhecido. (HC 539.750/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe

02/12/2019)

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator